



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

A TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA E A CONSTITUIÇÃO DO “PODER PARALELO” NO FINAL DO SÉCULO XX: EM BUSCA DE UMA POSSÍVEL RELAÇÃO

Glauber Andrade Silva Leal*
(UESB)

José Rubens Mascarenhas de Almeida-
(UESB)

RESUMO

A evidência do crime organizado no Brasil deve-se, em grande medida, às demonstrações de força e organização no processo de estabelecimento das relações de poder nas comunidades periféricas dos grandes centros urbanos do país. A proporção aparente desse poder, que se afirma independente da permissão oficial do Estado, tem levado o senso comum e especialistas a declararem a existência de um “Estado paralelo” nas periferias. Buscando uma melhor compreensão da natureza do poder do crime organizado, este artigo propõe uma investigação do contexto histórico em que este fenômeno ganha força no Brasil, ou seja, a transição política da ditadura militar à Nova República, no final do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Crime organizado. Estado. Nova República.

INTRODUÇÃO

O domínio territorial das periferias das grandes metrópoles brasileiras pelas organizações criminosas é um tema amplamente discutido. O Brasil parece

* Graduado no Curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; membro do Grupo de Estudos de Ideologias e Luta de Classes – GEILC/Museu Pedagógico da UESB. E-mail: rad.demiurgo@gmail.com.

- Orientador. Doutor em Ciências Sociais pela PUCSP; docente do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, ambos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; coordenador do GEILC/Museu Pedagógico da UESB e pesquisador do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais). E-mail: joserubensmascarenhas@yahoo.com.br.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

acompanhar a tendência mundial de ascensão do crime organizado a partir do século XX (RODRIGUES, 2004), muito embora isso não nos permita negligenciar as particularidades históricas do caso brasileiro.

O poder das organizações criminosas é tão impressionante que se tornou recorrente qualificá-lo enquanto um “Estado paralelo” ao Estado democrático. Uma investigação a respeito desta polêmica nos colocou diante de um problema curioso, o de que o “Estado paralelo” do crime e o Estado democrático brasileiro atual, conhecido como Nova República, desenvolveram-se no mesmo período da abertura política ao final da ditadura militar.

Esta coincidência de ambos os processos históricos justifica o objetivo central deste artigo, que consiste em fazer uma breve leitura da conjuntura política e econômica da segunda metade do século XX, buscando identificar as possíveis relações entre a consolidação do crime organizado e a democracia brasileira.

A economia brasileira passou por uma expansão sem precedentes entre os anos de 1967 e 1973. A média de crescimento atingiu o nível inédito acima dos 10% ao ano. Em 1974, o Brasil se tornou a décima economia do planeta. Não obstante, o país seguiu o embalo da chamada era de ouro do capitalismo, período que vai do pós-guerra até a crise do petróleo, em 1973. A expansão industrial parecia não ter limites, o comércio internacional se multiplicou por dez, dando a nova tônica do consumo de massa.

Este período de prosperidade, em um sistema conhecido por suas crises cíclicas, segundo Hobsbawm (1995), deve-se a reformas no sistema capitalista e ao avanço da internacionalização da economia. Estas reformas estavam diretamente ligadas ao papel intervencionista assumido pelo Estado após a Grande Depressão. As ideias de John Maynard Keynes eram os alicerces teóricos das novas políticas econômicas, o *laissez faire* foi substituído pelo planejamento.

O Brasil passava por um processo de industrialização intensificado desde a década de 1930. O governo Vargas tomou uma série de medidas no sentido de



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

implantar a indústria de base brasileira. Tal fato serviu para alavancar o crescimento econômico nos anos que se seguiram. Este impulso ganhou força com o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, que investiu pesado nas indústrias de base e de bens duráveis (BRUM, 1999, p. 241).

No entanto, apesar do crescimento presenciado nos últimos 30 anos, a crise de esgotamento do ciclo de expansão vivenciado pelo capitalismo internacional por volta de década de 1960 fez com que a economia brasileira perdesse o embalo (BRUM, 1999, p. 259-262), entrando num processo acelerado de crescimento da inflação e de decréscimo da produção. A reação a estes problemas só viria, efetivamente, após o golpe de 1964, com algumas medidas tomadas pelos militares, embasadas no discurso salvacionista que, em certa medida, justificava a ação militar. Além da propaganda anticomunista, os militares eram críticos ferrenhos do pensamento liberal. “Sustentavam a necessidade de um Estado forte e eficiente, com participação efetiva no planejamento e na regulamentação da economia, de modo a aproveitar as vantagens e evitar os problemas do capitalismo” (BRUM, 1999, p. 303).

Graças à ampla participação de segmentos da sociedade civil brasileira no regime pós 1964, alguns estudiosos preferem caracterizá-lo enquanto “civil-militar”. “A área econômica do governo, durante o ciclo militar, foi administrada por especialistas da área civil, uma vez que os militares não tinham quadros qualificados para o primeiro escalão nesse campo de conhecimento” (BRUM, 1999, p. 304). Entretanto, os civis foram afastados do processo decisório, sendo que os principais cargos de comando do Estado foram ocupados pelos militares. A própria sociedade civil, de maneira geral, foi mantida afastada da cena política, não apenas distante das instituições do poder estatal, mas também de outros canais de participação política, através de ameaças e retaliações.

A reação às lutas dos trabalhadores se tornou mais dura, uma vez que as greves foram praticamente proibidas, além de ter se tornado mais fácil



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

judicialmente a demissão de funcionários. “Foi extinta a estabilidade no emprego após dez anos de serviço na mesma empresa, substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado em setembro de 1966” (BRUM, 1999, p. 316).

As poupanças compulsórias (FGTS e PIS/PASEP) estavam entre as principais fontes de financiamento do Estado, que necessitava de recursos para por em prática seu projeto desenvolvimentista. Também foram adotadas medidas para incentivar as poupanças voluntárias, através do pagamento de juros e correção monetária, que deveria proteger a poupança doméstica da inflação. Logo surgiu uma ampla rede de bancos capaz de captar os recursos individuais da população através das cadernetas de poupança. O endividamento interno do Estado foi usado com maior intensidade a partir da virada para os anos 1980, somado a outras fontes recorridas em diferentes períodos: o arrocho salarial; o endividamento externo; e a inflação (BRUM, 1999, p. 329-330).

A onda desenvolvimentista brasileira veio acompanhada por um modelo de Estado extremamente autocrático, que assumiu para si a tarefa de alavancar a economia do país, centralizando as decisões políticas em torno de um poder executivo fortalecido. Esta forma política, que começou a ser forjada desde os anos 1930 com a implementação do Estado Novo, é frequentemente denominada “varguista” (SALLUM JR., 2003, p. 35), muito embora não se trate de uma experiência exclusivamente brasileira.

Para levar em frente o projeto desenvolvimentista, o governo militar recorreu a uma série de empréstimos e financiamentos estrangeiros. Paulatinamente, uma dívida que era privada, ocorrida em detrimento dos empréstimos de empresas tomadas diretamente no exterior, passou a ser pública. Assim, a dívida externa brasileira saltou de US\$ 3,1 bilhões em 1960, para US\$ 91 bilhões em 1984 (BRUM, 1999, p. 331).

Em princípios dos anos 1980, o Estado brasileiro não foi capaz de fazer frente aos pagamentos da dívida externa, o que deixou ainda mais claro o nível de



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

dependência ao capital estrangeiro. A taxa de crescimento anual do PIB brasileiro, que atingiu seu ápice em 1973 (14%), passou a apresentar uma taxa irregular, chegando aos -4,3% em 1981 (BRUM, 1999, p. 328).

Esta crise ressoa diretamente no modelo de Estado “varguista”, tencionando para um processo de transição política que, segundo Sallum Jr. (2003, p. 35-6), teve início em 1983-1984 e se estendeu até o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Durante este período, o Estado brasileiro seguiu uma dupla tendência de liberalização econômica e democratização política.

As medidas de enfrentamento à crise, adotadas pelo governo militar, foram todas no sentido das pressões dos credores externos que exigiam o pagamento da dívida. Tais medidas desaceleraram o crescimento econômico através do controle da expansão da moeda, do crédito, elevação das taxas de juros internas e corte nos investimentos das empresas estatais, o que também acarretou uma queda dos investimentos privados (BRUM, 1999, p. 389).

Diante deste quadro de crise, já nas eleições de 1982 o governo apresentou sinais de grande fragilidade, quando o Partido Democrático Social (PDS)³⁰⁸ perdeu a maioria absoluta na Câmara de Deputados. Se, por um lado, a perda de confiança no Estado em manter o controle levou o governo a perder sua coesão interna, por outro, a sociedade civil buscou assumir uma postura mais autônoma, renovando suas velhas associações, além de criar novos canais de participação política, como foi o caso da primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), realizada em agosto de 1981, reunindo diferentes correntes sindicalistas.

A crise econômica repercutiu como um terremoto nas lutas políticas que emergiam da sociedade civil. Além dos cortes do orçamento em setores como educação e saúde, o desemprego aumentou sensivelmente, as perdas salariais atingiram índices entre 20% e 30% entre 1983 e 1984, se agravando ainda mais em decorrência da corrida inflacionária (BRUM, 1999, p. 392).

³⁰⁸ Partido da situação, substituto da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) após o fim do bipartidarismo em 1979.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

O governo militar, que havia se legitimado através do “milagre econômico”, estava completamente desmoralizado. Não apenas os dirigentes e funcionários públicos reagiram aos cortes sofridos pelas empresas estatais, mas também parte da coalizão desenvolvimentista passou a se opor a ele. O próprio empresariado passou a buscar caminhos alternativos ao “ajuste externo” empreendido pelo governo (SALLUM JR., 2003, p. 37).

Estava pronto o cenário em favor da democratização do Brasil que caracterizou a campanha das “Diretas Já”, atropelando a abertura política gradual e limitada liderada pelos militares. As mobilizações populares colocavam em cheque não apenas o então governo ditatorial, mas também todo um modelo autoritário de Estado. A luta pela liberdade política ganhou um forte impulso e passou a ser tolerada pelo governo, que pouco poderia fazer diante do quadro. Já não eram mais aceitáveis todas as restrições à liberdade de expressão e organização política.

Apesar de toda mobilização civil, o governo conseguiu contornar parcialmente a situação, impedindo que a Emenda Constitucional em prol das eleições diretas para presidência da república conseguisse os dois terços de votos favoráveis para sua aprovação dentro da Câmara de Deputados. Este fato manteve a população distante das eleições presidenciais, o que levou a oposição política a assumir um pacto moderado com os dissidentes do regime. O resultado foi a vitória do candidato Tancredo Neves, da Aliança Democrática (PMDB e Frente Liberal), com José Sarney como vice. O candidato situacionista, Paulo Maluf (PDS), foi derrotado nas eleições indiretas no Colégio Eleitoral, encerrando o ciclo militar (BRUM, 1999, p. 396).

O governo Sarney, que assume a presidência após a morte de Tancredo, levou adiante os princípios da democracia representativa burguesa, realizando ajustes institucionais rumo à ampliação do espaço político da Nova República. Foram instituídas as eleições diretas para a presidência e nas capitais dos estados, além da representação política para o Distrito Federal na Câmara dos Deputados e



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Senado, foi admitido o voto dos analfabetos e liberada a organização partidária, líderes sindicais foram readmitidos e o Ministério do Trabalho deixou de ter o controle sobre as eleições sindicais.

Apesar das medidas rumo à abertura política, na esfera econômica o Plano Cruzado não foi capaz de apresentar uma solução definitiva ao problema da inflação. Os movimentos grevistas se fortaleceram durante o governo Sarney. “O aumento da participação popular afetou a hierarquia entre os centros de poder do Estado” (SALLUM JR., 2003, p. 39). A fragilidade política abalou a autoridade do Estado, que já não dispunha de forças materiais necessárias para cumprir sua função de ordenamento social. “Em síntese, a Nova República tornou-se um sistema instável de dominação política” (*Idem*, p. 40).

O governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) não foi capaz de reverter a situação, ao contrário, contribuiu para o agravamento da crise política, sobretudo após o confisco temporário dos depósitos bancários superiores a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros). O *impeachment* de Collor serviu, inclusive, para demonstrar que a sociedade civil passava a estabelecer limites políticos e morais mais estreitos à atuação do Estado.

A instabilidade política da Nova República se arrastou durante o governo FHC, muito embora este tenha caminhado para a estabilidade do poder. Entretanto, a transição política iniciada no fim do período militar modificou a forma do Estado brasileiro, que passou a adotar uma postura mais liberal. A falência do modelo autocrático impedia que o governo escancarasse qualquer forma de autoritarismo, obrigando-o, ao menos, a manter as aparências convenientes à democracia.

A sociedade brasileira também se encontrava transformada. O aprofundamento das relações capitalistas trouxe consigo o aprofundamento das desigualdades sociais, além de ter produzido uma superpopulação que, desde a década de 1970, passa a ser predominantemente urbana. Os territórios habitados



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

por esta população pauperizada são verdadeiros “barris de pólvora”, onde a privação material gera fortes tensões sociais.

Acontece que a transição política brasileira *coincide* com a ascensão do crime organizado enquanto uma força política dentro das comunidades periféricas. Pouco após a queda da ditadura militar, o Brasil assiste ao fortalecimento gradativo de uma série de grandes organizações criminosas a partir da repercussão daquela que ficou conhecida como Comando Vermelho (AMORIM, 1993).

O principal objetivo da primeira geração desta organização criminosa não era a obtenção de lucros, mas a sobrevivência de um grupo diante do clima de insegurança do Instituto Penal Cândido Menezes (RJ). Após a fuga de alguns membros, estes iniciaram uma série de assaltos a bancos com o objetivo de arrecadar fundos para financiar a fuga de outros presos. Esta estratégia, todavia, demonstrou ser muito arriscada, resultando na morte e prisão de muitos membros. O conflito aberto contra o Estado demonstrou ser ineficiente.

Logo a primeira geração se desfez, sendo substituída por novos membros que herdaram os métodos organizativos do Comando Vermelho, mas dedicados agora ao narcotráfico enquanto fonte principal de rendimentos. Aos poucos, o lema “justiça, paz e liberdade” se tornou vazio de significado político, sendo substituído pelo direcionamento “empresarial” da organização (AMORIM, 1993).

Logo surgiram outras organizações com as mesmas características gerais do Comando Vermelho, a exemplo do Terceiro Comando (RJ), Amigo dos Amigos (RJ) e o Primeiro Comando da Capital (SP). A necessidade de manutenção do monopólio comercial de drogas em determinados territórios levava as organizações criminosas a disputar entre si o controle das comunidades onde se instalavam. Além de existirem independentemente da permissão oficial do Estado, são claramente instâncias de poder, chegando a alcançar uma considerável complexidade organizativa. Esta situação tem levado alguns autores a declarar o



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

surgimento de um verdadeiro “Estado paralelo” (AMORIM, 1993; ARBEX JR., 1993; MAIA, 2011).

Os argumentos em favor desta tese, guardada as devidas distinções, podem ser resumidos nos seguintes pontos: 1) disposição das organizações criminosas de uma força armada própria; 2) controle da vida social de todo um território, impondo regras de conduta à população; 3) realização de ações assistencialistas normalmente realizadas pelo Estado; 4) influência direta ou indireta na escolha de lideranças locais que ocupam cargos representativos em entidades locais ou até mesmo apoio à candidatura de parlamentares; 5) existência de burocracia organizacional; 6) afirmação de poder independente do reconhecimento formal do Estado, com quem se confronta frequentemente.

Amorim (1993, p. 204) elenca uma série de pontos onde o crime e a política se cruzam, caracterizando o poder do Comando Vermelho enquanto um “governo paralelo” ao Estado democrático. Em contrapartida, é justamente esta convergência que leva Mingardi (1988) a concluir que a aplicação do conceito de “Estado paralelo” significa dizer que “Estado e Crime Organizado caminham lado a lado sem nunca verem seus caminhos se cruzarem”. Na verdade, “em nenhum momento estas organizações puderam prescindir de um apoio de setores do Estado” (p. 64-5).

Segundo Mingardi (1998), a regra consiste no estabelecimento de *conluio* entre a máquina estatal e o crime organizado. Ao contrario de infrações como o simples furto, este não pode escapar facilmente aos olhos do poder público. A única forma de a organização criminosa prosperar é estabelecendo algum tipo de relação íntima com setores do Estado democrático.

O objetivo destas organizações não é tentar substituir o Estado, muito menos neutralizar sua presença. É muito mais prudente não enfrentar um inimigo tão poderoso apenas com uma pequena força miliciana, sendo raros os casos em que isso ocorre. E mesmo quando se trata de organizações criminosas de grande



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

porte, a história demonstra que o Estado é capaz de neutralizá-las quando lhe convém, vide o caso clássico do chamado Cartel de Medellín (MINGARDI, 1998, p. 68; RODRIGUES, 2004, p. 178-211).

Corromper agentes do Estado é o caminho mais fácil, trata-se de uma escolha muito provável do ponto de vista do criminoso, sobretudo se levarmos em consideração as condições particulares desta escolha. Entretanto, dificilmente existe algum tipo de conspiração entre o Estado e o crime organizado. O que parece existir é uma série de decisões tomadas por políticos e mafiosos que se encontram diante de circunstâncias em que a corrupção do poder público se apresenta, do ponto de vista moral, enquanto a melhor opção para o benefício mútuo através de um negócio ilícito.

Políticos e mafiosos não agem conjuntamente porque possuem um projeto comum de Estado, não compartilham de um mesmo programa político, nem buscam implementar um determinado modelo de sociedade. Os narcotraficantes simplesmente evitam o confronto com o Estado pelo controle do comércio de drogas, enquanto os políticos tiram proveito do seu cargo, isso quando eles mesmos não são parte da quadrilha.

Não parece haver um conluio nos termos propostos por Mingardi (1998), entre Estado e crime organizado, mas apenas no âmbito particular, entre políticos e mafiosos. Entretanto, nestas circunstâncias, o crime organizado promove um verdadeiro controle dos territórios necessários ao monopólio do narcotráfico, “pacificando-o”, o que acaba beneficiando o comando político do capital, mantendo o controle de toda uma população trabalhadora marginalizada dos benefícios materiais do capitalismo. No fim das contas, o narcotráfico, além de favorecer o processo de acumulação do capital pela economia ilícita, estabelece um poder político sem ônus para o Estado, promovido por membros da própria comunidade, que se enfrentam em um lamentável processo de autoextermínio perpetuado regularmente.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Por fim, a aparência deste conflito se revela como consequência da própria existência do narcotráfico. Uma demonstração disso foi a pesquisa de opinião realizada pela Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado, onde o tráfico e o consumo de drogas foi considerado a segunda maior causa de violência no Brasil (26%), atrás apenas da impunidade (30%), e seguido pelo desemprego (16%) (DATASENADO, 2007, p. 3). Entretanto, é preciso desconfiar dos aspectos mais evidentes de um determinado problema, sobretudo tratando-se de sistema social que reproduz constantes mecanismos de alienação, cuja função é ocultar os aspectos mais essenciais da realidade concreta.

CONCLUSÕES

Ainda é cedo para afirmações categóricas, mas é irresistível não chamar a atenção para a simultaneidade entre a transição política brasileira do final do século XX e o estabelecimento das relações de poder do crime organizado neste mesmo período. Enquanto de um lado o Estado enfrentava uma séria crise política de seu modelo autocrático, o que abalava sua capacidade de dominação política, sobretudo graças ao movimento democrático do final da ditadura, do outro, o crime organizado afirmava o seu poder nos territórios habitados pela população marginalizada dos grandes centros urbanos.

Longe de querer sugerir a existência de um plano orquestrado entre mafiosos e políticos com a finalidade de tomar o poder das comunidades pauperizadas, associado a um projeto maior de dominação do capital, acreditamos que é perfeitamente plausível que parlamentares e narcotraficantes não tomem consciência da função social do crime organizado, reproduzindo-o de maneira alienada, num conluio de âmbito particular. Buscam realizar seus interesses particulares, ao mesmo tempo em que personificam as necessidades do capital.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Mesmo que o movimento histórico da humanidade, em sua totalidade, não seja teologicamente orientado a um único fim, segue as tendências reproduzidas pelo nexos de relações causais consequentes das escolhas particulares de cada indivíduo. Neste sentido, é possível que o crime organizado realize uma tendência estabilizadora para o comando político do capital ao conservar o ordenamento social nas periferias ao mesmo tempo em que oculta a verdadeira face deste conflito: a luta de classes.

Ao ganhar força após o final do regime militar no Brasil, o crime organizado garante a permanência de um poder autoritário nos territórios pauperizados, ainda que comandado por organizações criminosas. Como o poder do crime organizado se apresenta de maneira estranha ao Estado, torna-se perfeitamente aceitável, do ponto de vista ideológico, a existência de uma espécie de poder despótico compatível a um regime político democrático, cuja legitimidade se baseia no princípio da liberdade.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Carlos. **Comando vermelho**: A história secreta do crime organizado. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- ARBEX JÚNIOR, José. **Narcotráfico**: Um jogo de poder nas Américas. São Paulo: Moderna, 1993.
- BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 20ª edição. Petrópolis: Vozes/ Injuí: Editora Unijuí, 1999.
- DATAESTADO. **Pesquisa de opinião pública nacional**: A violência no Brasil. Disponível em <http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_no_Brasil-relat%C3%B3rio_completo.pdf>. Acesso em: março de 2013.
- HOBBSAWM, Eric J. **A Era Dos Extremos**: O breve século XX, 1914–1991. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.
- MAIA, Ariane Bastos de Mendonça. A origem do crime organizado no Brasil: conceito e aspectos históricos. **Revista Acadêmica da Escola Superior do Ministério Público do Ceará**. Fortaleza, ano 3, nº 1. jan./jul. 2011. Disponível em:<http://www.mp.ce.gov.br/esmp/publicacoes/edi12011_f/artigos/ArianeBastosdeMendoncaMaia.pdf>. Acesso em: março de 2013.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

MINGARDI, Guaracy. **O Estado e o crime organizado**. Complexo Jurídico Damásio de Jesus, vol. 5. São Paulo: IBCCrim, 1998.

RODRIGUES, Thiago. **Política e drogas nas Américas**. São Paulo: Educ, 2004.

SALLUM JR., Brasílio. **Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX**. Revista brasileira de ciências sociais. Vol. 18, nº 52, junho de 2003.